

A TRADUÇÃO CULTURAL COMO CAMPO DE ESTUDO NA FORMAÇÃO DE TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS/PORTUGUÊS^{1 2}



LIBRAS

Cultural Translation as a field of study in the training of Libras/Portuguese translators and interpreters

Sônia Marta de Oliveira³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a tradução cultural nos cursos de formação do tradutor e intérprete de Libras/Português. Para isso, considera-se indicada uma abordagem teórica nos campos dos Estudos da Tradução (ET) e dos Estudos da Interpretação (EI) suscitando que se entrelacem ao se aproximarem de questões inerentes a traduções interculturais, gerando um diálogo com a tradução cultural como campo possível de estudo na formação dos profissionais

ABSTRACT

This article aims to discuss cultural translation in training courses for Libras/Portuguese translators and interpreters. For this, a theoretical approach in the fields of Translation Studies (ET) and Interpretation Studies (EI) is considered appropriate, provoking that these fields intertwine when approaching issues inherent to intercultural translations, generating a dialogue with cultural translation as possible field of study in the training of Libras/Portuguese

¹ O presente artigo é um recorte da minha tese de doutorado, defendida em junho de 2020 que teve por objetivo identificar artefatos culturais presentes nas propostas curriculares dos cursos que formam os Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais TILS nas instituições de ensino superior públicas.

² Acesse aqui para ler em Libras: <https://youtu.be/n5RVhwX09Ys>.

³ Secretaria Municipal de Educação-SMEID, Belo Horizonte, MG, Brasil; e-mail: soninhamarta@gmail.com.

da tradução e interpretação de Libras/Português. A abordagem teórica assinala ser viável a incorporação deste campo de estudo visto que a língua de sinais, constituída visualmente sem a presença do som, promove a estruturação de uma cultura em que a vivência de ser no mundo é sentida de maneiras singulares, deixando nas pessoas surdas indicativos que organizam a sua condição surda de viver. Compreendendo que a língua é o ponto de convergência da cultura, a tradução cultural possibilita a incorporação das sutilezas culturais da língua de sinais ao ato tradutório, auxiliando na compreensão do que é sinalizado e/ou traduzido e interpretado.

translation and interpretation professionals. The theoretical approach points out that this field of study incorporation is viable, since sign language, visually constituted without the presence of sound, promotes the structuring of a culture that the experience of being in the world is felt in unique ways, leaving deaf people indications that organize your deaf condition of living. Understanding that language is the point of convergence of culture, cultural translation makes it possible to incorporate the cultural subtleties of sign language into the translation act, helping to understand what is signaled and/or translated and interpreted.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura; Língua de sinais; Tradução; Interpretação.

KEYWORDS

Culture; Sign language; Translation; Interpretation.

Introdução

De acordo com Munday (2001), os ET como campo do conhecimento iniciaram-se em meados do século XX. Anterior a esse período, a tradução era vista como periférica, como meio para aprender idiomas e como elemento da literatura. Segundo o autor, Holmes nos anos de 1980 difundiu o termo “Estudos da Tradução”⁴. Holmes (2000), Williams e Chesterman (2002), recomendaram uma sistematização com o objetivo de fazer com que os ET pudessem abraçar a heterogeneidade de interpelação de seu propósito e, simultaneamente, afirmar seus princípios metodológicos e teóricos. A sistematização organizou o campo da tradução em doze ramos: (1) análise de texto e tradução; (2) avaliação de qualidade da tradução; (3) tradução de gênero; (4) tradução multimídia; (5) tradução e tecnologia; (6) história da tradução; (7) ética da tradução; (8) terminologia e

⁴ *Translation Studies*.

glossário; (9) interpretação; (10) o processo de tradução; (11) o ensino de tradução; (12) o profissional da tradução.

Para Munday (2014) a linguística outorgou aos ET a condição de ciência entre os anos de 1950 e 1960, incluindo conceitos até o tempo atual citados como a tipologia de tradução de Jakobson (1950). A colaboração da Literatura para os ET institui-se com uma ampla documentação por meio dos trabalhos de São Jerônimo, com a tradução de obras sensíveis. A linguística e a literatura são as primeiras áreas a atentarem para os ET e o embate desses tradutores no âmbito das línguas e das culturas envolvidas nesse processo tradutório. (MAGALHÃES, 2016).

Nos anos oitenta, com a “virada cultural” da tradução, no contexto europeu, os Estudos da Tradução confirmam seu status de campo disciplinar independente da Linguística e da Literatura. Ironicamente, conforme avalia Munday (2014), a Linguística é praticamente banida da “paisagem” (termo de ZANETTIN; SALDANHA; HARDING, 2015) do campo disciplinar, retornando apenas nos anos noventa em abordagens de análise textual e análise de discurso, e com a aceitação e consolidação das multifacetadas da tradução e da conseqüente diversidade do campo de estudos. Desde então, esse modelo ocidental de constituição dos Estudos da Tradução tem sido adotado quase em todo o âmbito acadêmico, incluindo o não ocidental. (MAGALHÃES, 2016, p. 22).

Hatim e Munday (2004) incorporam a Filosofia, os Estudos Culturais e Engenharia da Linguagem à Linguística e Literatura. Essa pluralidade de áreas tem efeitos no entendimento do objeto de conhecimento dos ET, onde para Toury (1995) a tradução passa a abordar a cultura do texto de chegada. Essa posição do autor expande a concepção de tradução, porque oportuniza uma compreensão da ideia de correspondência, considerando as normas da cultura de chegada (MAGALHÃES, 2016).

Vasconcellos, (2010) em pesquisa realizada no site www.stjerome.co.uk, uma relevante editora de trabalhos relacionados à tradução, constatou recentes áreas incorporadas aos ET como a interpretação de línguas de sinais que integra uma subdivisão deste campo de estudo.

Tradução Multimídia e Audiovisual; 2. Tradução Religiosa e Bíblica; 3. Bibliografias; 4. Interpretação para a Comunidade/ Interpretação de Diálogo/ Interpretação para Serviço Público; 5. Interpretação Simultânea e de Conferência; 6. Estudos Comparativos e Contrastivos; 7. Estudos Baseados em Corpus;

8. Interpretação Legal e Jurídica; 9. Avaliação /Qualidade /Avaliação /Testes; 10. História da Tradução e Interpretação; 11. Estudos Inter-Culturais; 12. Estudos de Interpretação; 13. Tradução Literária; 14. Tradução (auxiliada) por Computador; 15. Trabalhos de Múltiplas Categorias; 16. Estudos Orientados ao Processo; 17. Metodologia de Pesquisa; 18. Interpretação de Línguas Sinalizadas; 19. Tradução Técnica e Especializada; 20. Terminologia e Lexicografia; 21. Gênero e Tradução; 22. Tradução e Ensino de Línguas; 23. Tradução e Política; 24. Tradução e a Indústria da Língua; 25. Políticas de Tradução; 26. Teoria de Tradução; 27. Formação de Tradutor e Intérprete. (VASCONCELLOS, 2010, p. 129-130).

Para Vasconcellos (2010), os novos desenvolvimentos no campo dos ET possibilitam a expansão de disciplinas, como a interpretação na qualidade de ramificação dos ET.

[...] surge em 07 (sete) das 27 (vinte e sete) áreas, a saber: (4) Interpretação para a Comunidade/ Interpretação de Diálogo/ Interpretação para Serviço Público; (5) Interpretação Simultânea e de Conferência; (8) Interpretação Legal e Jurídica; (10) História da Tradução e Interpretação; (12) Estudos de Interpretação; (18) Interpretação de Línguas Sinalizadas; e (27) Formação de Tradutor e Intérprete. (VASCONCELLOS, 2010, p. 130).

Os Estudos da Interpretação (EI), de acordo com Pöchhacker (2009), sobrevieram sincronicamente aos ET em meados do século XX, mas a certificação ocorreu somente nos anos 90. Os profissionais da interpretação começaram a atentar e a ponderar sobre seu ato interpretativo, minudenciando esse ato com a finalidade de colaborar com as formações de intérpretes. Pöchhacker (2009) elocubra que na área dos EI, bem como na dos ET, há linhas diferentes e parâmetros que os descrevem e os particularizam. Dentre esses parâmetros, destacamos: i) Interpretação como tradução (as situações de elaboração do exercício traduzido perante a imposição do tempo); ii) Texto e discurso (questões textuais e explicativas do processo interpretativo); iii) Processamento cognitivo (questões intelectuais e mentais da interpretação); iv) Mediação intercultural (particularidades interculturais e intermediação linguístico-cultural do processo interpretativo).

Ainda que haja coparticipação entre os conceitos teóricos nesses campos de estudo, os EI têm um único objeto de instrução, a “tradução humana em tempo real num contexto essencialmente compartilhado.”⁵. (PÖCHHACKER, 2004, p. 28, tradução minha).

⁵ “[...] ‘real-time’ human translation in an essentially shared communicative context”.

Pöchhacker (2004) exemplifica em Daniel Gile, que utilizou a terminologia “Estudos da Interpretação”⁶ em Viena, num congresso no ano de 1992 e, posteriormente, em um artigo intitulado “A natureza distinta dos estudos da interpretação.”⁷ (tradução minha), no ano de 1993. A independência da área da interpretação conquistada na academia, principalmente na Europa, na Austrália e no Canadá, elevou consideravelmente os estudos acadêmicos sobre o tema. Traduzir e interpretar se diferenciam pelo setting e pelas categorias interacionais como são realizadas: a interpretação é feita em razão de atividades científicas, políticas, empresariais, jurídicas, educacionais etc. E podem ocorrer em situações de conferências, entrevistas e outros contextos semelhantes (STRANIERO SERGIO, 1999). Traduzir requer contextos, espaços e tempo que mais satisfatoriamente convêm ao tradutor; os dois exercícios são definidos por encargos mentais distintos e os profissionais atuam em condições também distintas de tensão e prazo.

Pöchhacker (2009) afirma que os pontos mais relevantes para os EI são: i) Organização cognitiva; ii) Prática; iii) Habilidade; iv) Ética; v) Tecnologia. Esses itens possibilitam aos EI um aprofundamento técnico e prático em torno do exercício interpretativo. Desse modo, aspectos extralinguísticos podem ser ponderados, favorecendo o entendimento dos conceitos circunstanciais e culturais que orbitam o processo de interpretação. Esses pontos relacionam-se entre si, produzindo consequências entre eles.

1. A formação do tradutor e intérprete de Libras/Português (TILS).

Os cursos de graduação que formam os tradutores e intérpretes de língua de sinais/Língua Portuguesa (TILS) foram criados tendo como diretrizes os dispositivos legais que reconhecem a língua de sinais – Lei n° 10.436/2002 (BRASIL, 2002) e Decreto n° 5.626/2005 (BRASIL, 2005) –, que orientam a formação de TILS por meio de cursos de extensão, graduação específica e pós-graduação na área de língua de sinais.⁸

A partir de 2008, estabeleceram-se os cursos de graduação na área de tradução e interpretação de língua de sinais no Brasil. A repercussão desses

⁶ *Interpretation Studies*.

⁷ *The Distinctive Nature of Interpreting Studies*.

⁸ A organização dos cursos de graduação para a formação do TILS tem como modelo o currículo do curso de Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), nas modalidades à distância e presencial.

cursos contempla fatores relevantes para a área da tradução e da interpretação da Libras (STUMPF; QUADROS, 2019): (i) reconhecimento da Libras, pelo fato de essa língua compor um currículo de graduação na área de Letras, o que propiciou um novo olhar sobre a língua, visto que a Libras ocupa doravante o grupo de línguas que compõe os cursos de formação de línguas no Brasil; a Libras compõe a categoria linguística no quadro de línguas brasileiro; (ii) titulação dos profissionais que já trabalhavam na área da tradução e da interpretação de Libras, que se tornaram bacharéis; (iii) desenvolvimento e aperfeiçoamento das pesquisas na área da tradução e da interpretação de Libras; (iv) disseminação da Libras em diferentes espaços midiáticos. A assiduidade de TILS no conjunto de meios de comunicação é indiscutível: presença nos debates políticos, nas entrevistas, em shows etc.; (v) fomento da cultura surda em suas várias formas de expressão: artes plásticas, filmes, poesia, informática, dramaturgia.

A formação do TILS tem essencialmente dois objetos significativos de estudo: a constituição técnica e a constituição cultural do profissional. Este artigo se deterá em uma abordagem teórica em torno da constituição cultural do TILS como campo possível de estudo, uma vez que os ET e EI se ocupam também das questões culturais em suas vertentes de conhecimento.

Bassnett (2005) esclarece que a língua é o ponto central da cultura e é a partir do trato entre as duas que há a possibilidade da continuidade de uma ação substancial. Dessa forma, podemos pensar em um médico fazendo uma cirurgia no coração de uma pessoa; ele não pode se descuidar com o corpo que envolve o coração do paciente que está sendo operado. O tradutor que pensa a tradução distanciada da cultura está com sua atividade em risco. Língua e cultura são componentes substanciais que fazem da tradução e da interpretação um exercício intelectual e que o assenhoreamento de uma língua estrangeira é um saber intenso e vívido, pois implica na apropriação de conhecimentos, perspectivas e concepções.

2. A tradução e a interpretação no Brasil

No que corresponde à história da tradução no Brasil, quando os portugueses aqui chegaram e encontraram indígenas, surgiu a necessidade de proximidades linguísticas que muitas vezes foram associadas a imagens e gestos, para que indígenas e portugueses desenvolvessem uma comunicação básica.

Por volta do século XVI, despontam no Brasil as feitorias, locais em que se guardavam os recursos da colônia para depois serem despachados para Portugal. A acumulação desses recursos acontecia devido ao escambo que, de alguma forma, era realizável com a presença do línguá, um tipo de intérprete que falava a língua dos índios. O línguá era obrigado a aprender a língua do índio, porque a maior parte dos homens que tinham essa profissão era expatriada de Portugal, vinha para o Brasil e, com os índios, aprendia a língua e trabalhava como intérprete para a coroa (REIS; BAGNO, 2016).

As línguas não funcionavam apenas como intérpretes linguísticos, mas também (e principalmente) como mediadores que atuavam quer nos processos de desvelamento, para o europeu, da geografia, da sociedade e da cultura dos territórios visitados ou ocupados; quer nos processos de imposição, às populações locais, da lógica colonial nas relações econômicas, políticas e socioculturais. Nesse sentido, as línguas, pelo seu saber linguístico, dispunham de uma dose de poder que fazia deles agentes cruciais nas sociedades criadas ou recriadas pelo colonialismo europeu. Nas feitorias, eram efetivos funcionários da administração e muito bem remunerados. (FARACO, 2016, p. 63, apud REIS; BAGNO, 2016, p. 86).

A proximidade de línguas era tanta no período colonial que os jesuítas, quando vieram para o Brasil, criaram escolas para ensinar português para os indígenas, tupi para os portugueses e latim para ambos. Igualmente, foram organizados estudos gramaticais da língua tupi e determinaram a língua geral e/ou língua brásilica, falada na costa brasileira (RODRIGUES, 2006).

Se o Brasil colônia vivia contextos de línguas diversos, no século XVII o plurilinguismo foi maior. Para além do espaço territorial tomado pelos portugueses, havia territórios tomados pelos franceses e pelos holandeses. Isso demandava uma convivência grande de línguas e a precisão de intérpretes para a apoderação e a preservação das terras desses povos aqui. Nesse período, começou também o comércio de escravos vindos da África e que não sabiam o português. Como resultado, a variedade linguística no Brasil crescia e, da mesma maneira, a primordialidade de comunicação por meio de intérpretes também crescia (REIS; BAGNO, 2016).

No ano de 1759, os jesuítas foram banidos do Brasil pelo primeiro-ministro português, senhor Marquês de Pombal, que fez muitas reformas administrativas na metrópole que atingiram a colônia. Uma dessas reformas foi a reforma

educacional, que removia da igreja a responsabilidade da educação, deslocando essa obrigação para o Estado. Com a reforma educacional, o Marquês de Pombal publica o “Diretório dos Índios”, documento em que se proíbe, sob pena de morte, o ensino em qualquer língua que não fosse o português, o que levou à desaparecimento da língua geral de base tupi. O papel do tradutor e intérprete contribuiu de diversas maneiras para se pensar e constituir o Brasil. (DIAS, 2017).

Em 1855, chega ao Brasil, à cidade do Rio de Janeiro, a convite de D. Pedro II, Ernest Huet⁹, para educar crianças surdas e, após dois anos, com anuência do Imperador, é inaugurado no Rio de Janeiro o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Rocha (2009) argumenta sobre a atuação dos repetidores do INES, em sala de aula.

[...] era comum, em alguns períodos de sua história, a contratação de ex-alunos para trabalhar no próprio Instituto quando terminassem o curso. Com apenas oito anos de funcionamento, a instituição já havia feito a contratação de ex-alunos para atuarem como repetidores. (ROCHA, 2009, p. 118).

Os repetidores eram ex-alunos que assistiam alunos que apresentavam dificuldade em algum conteúdo e repetiam o conteúdo durante a aula. A repetição poderia ser por meio da língua de sinais ou por meio da língua oral. Repetir é usar recursos linguísticos que facilitem a compreensão do conteúdo pelo aluno. Podemos dizer que temos nessa situação um contexto de mediação linguística, um caminho para a interpretação (ROCHA, 2009).

Segundo Rocha (2009), há registro nos arquivos do INES de solicitação de profissional que pudesse atuar como intérprete de língua de sinais para a polícia do Rio de Janeiro, em 1907. A tradução e a interpretação no Brasil pluralizaram muito em conteúdos e especialização, devido às transformações vividas pelo país: saiu de um estado agrícola para uma fase industrial, propiciando mudanças políticas. A ditadura de Vargas no ano de 1930, com um caráter nacionalista, exerceu um papel relevante no tom das traduções. Em 1938, Vargas proibiu o ensino de línguas estrangeiras nas escolas a crianças menores de 14 anos. Foi proibido falar em público, falar em língua estrangeira e jornais de língua estrangeira foram fechados. Com o golpe de 1964, a democracia no Brasil ressurge somente em 1989. A história da tradução e da interpretação no

⁹ Professor surdo francês, diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Bourges.

Brasil percorreu trilhas, buscando entender a cultura do outro e se apropriando dessa cultura.

A aproximação das diligências no Brasil em torno da tradução e da interpretação de língua de sinais, no âmbito dos ET e dos EI, foi muito delongada em relação às investigações europeias e americanas. Podemos assegurar que a pesquisa e o estudo em tradução e interpretação em língua de sinais obtêm evidência e reconhecimento a datar do I Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais, realizado na UFSC, em 2008. Esse evento congregou pesquisadores, profissionais e estudantes surdos e ouvintes de várias regiões brasileiras (RODRIGUES, 2013).

Houve a participação de conferencistas do Brasil e do exterior, estudiosos do campo da tradução e da interpretação e a exposição de pesquisa. Variados temas foram tratados: proficiência dos intérpretes, processo cognitivo durante o ato interpretativo do intérprete, a inclusão dos estudos da tradução e da interpretação em língua de sinais no cenário dos ET, a relevância da bibliografia como referência fundamental para o progresso profissional do intérprete, o carecimento peculiar da formação do intérprete educacional, a composição da interpretação em língua de sinais, a tradução e a interpretação da língua portuguesa escrita para a língua de sinais e a atividade interpretativa do tradutor intérprete surdo. (RODRIGUES, 2013).

Seguindo para a sétima edição, o congresso constituiu-se num espaço de conhecimento e troca de saberes primordiais para tradutores intérpretes surdos e ouvintes, pesquisadores e estudantes da área de tradução e da interpretação em língua de sinais. Tópicos que discorrem sobre formação de intérpretes, interpretação em contextos comunitários (educacional, jurídico, médico), políticas de tradução/interpretação de língua de sinais, metodologias para implementar a tradução ou a interpretação de/para a língua de sinais, tradução de textos técnicos de/para a língua de sinais, tradução/interpretação de língua de sinais e ética, tradução em contextos de conferência, aspectos culturais da tradução e da interpretação, tradução de/para a escrita de sinais alargam e fortalecem as investigações no Brasil em tradução e interpretação em língua de sinais e língua portuguesa no contexto dos ET e da Interpretação em Língua de Sinais, pois os trabalhos apresentados derivam de pesquisas de mestrado e doutorado. (RODRIGUES, 2013). Os tópicos discutidos nas edições do congresso contribuem para um conhecimento frutífero

dos TILS acerca dos aspectos culturais que orbitam em torno da atuação desses profissionais no processo tradutório e interpretativo.

A tradução e a interpretação na língua de sinais, em seu bojo, abarcam valores que afetam a produção de sentido cultural realçado no respectivo exercício de traduzir e interpretar. A cultura surda reivindica ser atravessada por políticas da diferença, seguramente em concepções que sobrevêm de maneira a consolidar essa cultura e que, provavelmente, incomodará a cultura que se considera hegemônica. É assim o direito à diferença, à edificação cultural de maneira particularizada (PERLIN, 2006).

O diálogo com a cultura surda, nos cursos que formam o TILS, é substancial para que a tradução e a interpretação discorram não somente com as línguas envolvidas, mas que a configuração e a conformação da outra cultura sejam percebidas em suas sutilezas. E, para que as particularidades do outro sejam sentidas, é necessário fragmentar as concepções construídas em relação ao outro, no tocante à diversidade. Por compreender que a cultura é elemento que faz da tradução e da interpretação um exercício intelectual imperioso, quão profundo e que o assenhoreamento de uma cultura estrangeira é um saber intenso e vívido, porque implica apropriação de conhecimentos, perspectivas e concepções, a formação do TILS deve proporcionar uma relação horizontal com o Povo Surdo, conduzindo a uma proximidade cultural agradável. Para que as zonas de convívio ou zonas de interstício se organizem de forma a intermediar culturas, respeitar a independência e a diferença linguística dos enunciadores é necessário primeiro, quebras com a perspectiva etnocêntrica. (OLIVEIRA, 2018, p. 169).

A proximidade cultural dos TILS com a comunidade surda gera efeitos capitais, expressando uma particularidade que beira o hibridismo cultural. A atividade cultural surda está direcionada também para a formação dos TILS, para seu desempenho cultural e coletivo. Em nível epistêmico, a forma de pensar a cultura surda como um processo que não é finito e que leva os surdos a efetivarem sua identidade surda é uma busca que deve ser inerente à formação desses profissionais e que deve compor a grade curricular dos cursos de graduação (PERLIN, 2006).

3. Tradução Cultural

O estudo da tradução cultural durante longo período ficou sob responsabilidade da literatura e da linguística. Contudo, o aperfeiçoamento da terminologia aconteceu devido ao encontro com outras áreas da ciência:

Antropologia, História, Filosofia e, como dito anteriormente, os Estudos Culturais (BURKE; HSIA, 2009).

A tradução cultural, desde o final do século XX, é usada pela Antropologia como metodologia etnográfica para retratar e explicar o que acontece em encontros culturais, quando um esforça-se para entender as atitudes do outro (BURKE; HSIA, 2009). Com Bhabha (2010), apoiado na congruência dos pensamentos sobre a tradução em “A tarefa do tradutor”, publicado em 1921, por Walter Benjamin, dá-se o redimensionamento teórico da tradução na sua conexão com a língua e com a cultura. Nessa linha de pensamento, a cultura é compreendida como ambiente de caminho entre as línguas, de cruzamento de identidades, um lugar propício e flexível ao diálogo, nunca encerrado em si. Benjamin (2011) trouxe influência na teoria da tradução e, em Bhabha (2010), adquire certa peculiaridade por ser permeado para exprimir um conceito de cultura. Bhabha (2010) faz uma espécie de reescrita da teoria da linguagem e da tradução de Benjamin; o autor requisita um jeito simbólico da tradução para pensar a cultura.

Numa entrevista em 1990, percebemos a relevância das ideias de Benjamin (2011) para a construção dos conceitos de cultura e tradução cultural para Bhabha (2010). O pressuposto de que em algum nível todas as formas de diversidade cultural possam ser compreendidos nas bases de um conceito universal-particular, seja “ser humano”, “classe” ou “raça”, pode ser tanto perigoso quanto limitante ao tentar-se compreender os modos em que cada prática cultural constrói seu próprio sistema de significação e de organização social. Relativismo e universalismo ambos têm suas formas radicais, mas mesmo estes são basicamente parte do mesmo processo. Deste ponto gostaria de introduzir a noção de “tradução cultural” (e o meu uso é desenvolvido a partir das observações originais de Walter Benjamin sobre a tarefa da tradução e a tarefa do tradutor) para propor que todas as formas de cultura são de alguma forma relacionadas entre si pela cultura ser formada através da significação ou atividade simbólica [...]. (RUTHERFORD; BHABHA, 1990, p. 209).

Cultura em Bhabha (2010) é assimilada como exercício de interpretação ou símbolo. Segundo o autor, a tradução cultural torna-se perspectiva referencial para aprofundar a ação, de modo que não seja somente encaixada na ótica da diversidade cultural. Exige desatar-se de pressuposição adotada por diferentes caminhos de representação da alteridade sob a égide de interpretações e concepções pós-estruturalistas que, ao se moverem para a alteridade, culminam por encaixá-la na qualidade de conclusão investigativa.

O que está em jogo quando se chama a teoria crítica de “ocidental”? Essa é, obviamente, uma designação de poder institucional e eurocentrismo ideológico. A teoria crítica frequentemente trata de texto no interior de tradições e condições conhecidas de antropologia colonial, seja para universalizar seu sentido dentro de seu próprio discurso acadêmico e cultural, seja para aguçar sua crítica interna do signo logocêntrico ocidental, do sujeito idealista ou mesmo das ilusões e desilusões da sociedade civil. Esta é uma manobra do conhecimento teórico, onde, tendo-se aberto o abismo da diferença cultural, um mediador ou metáfora da alteridade deverá conter os efeitos da diferença. Para que seja institucionalmente eficiente como disciplina, deve-se garantir que o conhecimento da diferença cultural exclua o Outro; a diferença cultural e a alteridade tornam-se assim a fantasia de um certo espaço cultural ou, de fato, a certeza de uma forma de conhecimento teórico que desconstrua a “vantagem” epistemológica do ocidente. [...] O déspota turco de Montesquieu, o Japão de Barthes, a China de Kristeva, os índios nhambiquara de Derrida, os pagãos de Chashinnahua de Lyotard, todos são parte desta estratégia de contenção onde o Outro texto continua sempre sendo o horizonte exegético da diferença, nunca o agente ativo da articulação. O Outro é citado, mencionado, emoldurado, iluminado, encaixado na estratégia de imagem/contra-imagem de um esclarecimento serial. A narrativa e a política cultural da diferença tornam-se o círculo fechado da interpretação. O Outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional. (BHABHA, 2010, p. 59).

Bhabha (2010) compreende a tradução cultural como o terreno que adentra no mundo. O descentramento (sair do centro), que seria constituidor das culturas e lhes concederia característica criativa, em especial o contexto de grupos minoritários em dispersão na atualidade, teria uns poucos entre outros exemplos relacionados e estudados em suas relações culturais e políticas como tradução ou tradução cultural.

Por tradução eu antes de tudo me refiro ao processo pelo qual, no sentido de objetivar um significado cultural, sempre tem que haver um processo de alienação e secundarização em relação a si mesmo. Nesse sentido não existe “si mesmo” ou “para si mesmo” nas culturas porque estas são sempre sujeitas a intrínsecas formas de tradução. Esta teoria da tradução é próxima à teoria da linguagem como parte do processo de traduções. Usando esta palavra como anteriormente, não no sentido linguístico estrito de tradução como na “tradução do livro inglês para o francês”, mas como um motivo ou tropo, como Benjamin sugere para a atividade de deslocamento dentro do signo linguístico. (RUTHERFORD; BHABHA, 1990, p. 210).

Bhabha (2010) salienta a imediação entre os fundamentos da linguagem e os fundamentos da cultura alicerçada na tradução: a locomoção no interior do signo linguístico como fonte de referência. Ocorre que esse descentramento da

traduzibilidade das culturas precisa ser entendido com base na transposição de particularidades adicionais da tradução indicadas em Benjamin e referidas em Bhabha (2010): a intraduzibilidade/intraduzível ou a estrangeiridade das línguas. Apoiando essas caracterizações, Bhabha (2010) propõe pensar a deslocação das culturas e a sua não absorção globalizante.

A “estrangeiridade” da língua é o núcleo do intraduzível que vai além da transferência do conteúdo entre textos ou práticas culturais. A transferência de significado nunca pode ser total entre sistemas de significados dentre deles, pois a linguagem da tradução envolve seu conteúdo como um manto real de amplas dobras... ela significa uma linguagem mais exaltada do que a sua própria e, portanto, continua inadequada para seu conteúdo, dominante e estrangeiro. (BHABHA, 2010, p. 230).

A “essência do intraduzível” ou a “estrangeiridade”, relacionados ao datar de Benjamin, se constituem para Bhabha (2010) como a impraticabilidade de uma tradução cultural totalizante. Não seria realizável ao acaso a substituição plagiadora e imperativa de significados, enquanto a “estrangeiridade das línguas” encaminha ao não encerramento das culturas.

Bhabha (2010) compreende a tradução cultural como exercício de corroboração, consonância e criatividade cultural. O autor discorre sobre tradução cultural levando em conta a esfera pós-colonial, desenhada pela globalização cultural e econômica, optando por princípios como território, raça, hibridismo e diferença. Para o autor, a cultura é uma composição híbrida concentrada na sentença tradução cultural, em que as diferenças e as divergências não têm solução. Entre-lugar e entre-tempo (espaços afastados, difundidos) são praticáveis, porque a cultura é tradutória, posto que requer das pessoas e dos grupos padrões e condutas de ressignificação dos símbolos e definições das culturas clássicas: arte, música, literatura, festivais etc. A tradução expõe caráter diversificado e conflituoso dos sentidos, tal como a inauguração, o hibridismo e o vigor produzidos pelos jogos de poder, pela alteridade e pela diferença.

Segundo o autor, a tradução cultural não é exclusivamente adequação de particularidades de determinada cultura; é um meio de consentimento de autoavaliação de significados, referências, valores e normas, apartando-se do que é usual e natural e se aproximando do que é estranho e diferente. Por essa razão, toda atividade tradutória oportuniza hesitação, adversidade, divergência e ajustes, descortinando a imprecisão do processo de tradução.

A tradução é uma maneira de meditar a cultura e, em razão disso, é necessário inquiri-la em outros aspectos. A cultura é tradutória, pois o lugar, as diásporas e as épocas são destacadas por histórias cruzadas pelas diferenças culturais. A tradução é a marca da diferença e não é somente polêmica e antagonica. Por meio da diferença cultural, há um choque de valores através de práticas que enjeitam e reformam, permitindo a interconexão de sentidos dessa e de outra época e espaço. (BHABHA, 2010).

3.1 A tradução cultural e os TILS

A cultura, durante muito tempo, foi pressuposta como singular e absoluta. Caracterizava tudo o que a humanidade produzia. Contudo, posterior à “virada linguística”, a expressão tornou-se corrente em decorrência da publicação da coleção de textos elaborada por Richard Rorty, em 1967, denominada *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method*. Gustav Bergmann foi quem primeiro empregou o termo para marcar o típico tratamento linguístico coordenado por seus colegas de profissão.

No conjunto de textos da seleção citada, havia registros somente de positivistas. A “virada linguística” foi criada para compreender uma forma específica de reprodução das questões filosóficas e das questões de linguagem (SAMPAIO, 2017). Assim, outro olhar foi dado para a forma de entender os fenômenos e a linguagem empreendida culturalmente. Cultura integra o comum dos movimentos sociais de sentidos ou, de forma mais profunda, a cultura engloba o conjunto de modos sociais de criação, movimentação e uso de valores da vida social (VEIGA-NETO, 2003).

Os surdos, com as transformações culturais dos anos 1960 e 1970, saem de um estado patológico de perda auditiva para a identidade cultural de uma minoria linguística. Antes desse período, as línguas de sinais eram consideradas sistemas rudimentares de comunicação. As línguas de sinais foram conceituadas como algo preocupante para a sociedade, porque, tendo a língua em comum, os surdos poderiam encontrar seus pares, fundar associações de surdos, casar entre si e aumentar o número de surdos (BAUMAN, 2008).

Ao pertencer a uma cultura diferente e ter uma língua diferente, esse grupo começa a requerer demandas educacionais, políticas e sociais que englobam questões inerentes à sua língua e à sua cultura. Os surdos dão início a uma

representação que se denomina “falando por si”, em substituição ao “falando por”, como aconteceu durante muito tempo com conceitos patológicos sobre a surdez (BAUMAN, 2008).

Nessa esteira de pensamento, os surdos [...] entendidos como povo ou grupo que se nomeia como tal, estão inscritos na ordem do acontecimento cultural, ou seja, na ordem da luta permanente do tornar-se, do vir a ser, frente a outro(s) grupo(s). (LOPES; VEIGA-NETO, 2010, p. 127-128).

O TILS necessita imergir nos acontecimentos culturais dos surdos para compreender o lugar dos surdos pela ótica surda.

Considerações finais

A formação desses profissionais deve primar por conteúdos que priorizem a mediação do conhecimento, valorizando uma relação cultural dialética com a comunidade surda. Isso porque a diferença cultural geralmente é entendida como pessoas diferentes do meu, do nosso grupo, apoiando-se no pressuposto de que a diferença cultural está alicerçada no radicalismo. Entretanto, as culturas nesses espaços são construídas histórica e socialmente, nelas os sujeitos desempenham funções ativas e buscam apoderar-se do conhecimento para se posicionar no mundo. Cultura Surda entendida como jeito de vida dos surdos que partilham uma língua e constroem identidades que geram perspectivas para suas experimentações.

Uma formação profissional que possibilite aos alunos do curso uma experiência real com os surdos, que os leve a realizar uma tradução e uma interpretação imersas nas sutilezas culturais da Libras, uma lente de compreensão visual, cultural, de aprendizado sobre os surdos e os saberes surdos.

As narrativas surdas reiteram que tem alguma coisa superior a bom sobre a cultura surda, relacionado ao seu estudo; alguma questão em que os surdos, em razão da cultura e não da surdez, são mais intensos. Talvez um dos sentidos para estudar a língua de sinais [...] seja pela valorização da diversidade linguística e pelas lutas sociais travadas da comunidade surda (BECHTER, 2008 apud OLIVEIRA, 2020, p. 58).

É indispensável a experimentação na prática de tradução e de interpretação entre duas línguas, a apropriação das particularidades culturais entre uma língua e outra; a compreensão do profissional de que essas particularidades culturais influenciarão a atividade tradutória interpretativa; a compreensão de

que há construções linguísticas embebidas de teias culturais de valor imensurável que o profissional irá adquirir se tiver uma formação que lhe permita “aceitar a pessoa do outro”, o outro surdo em sua singularidade, sem prejulgamentos, sem uma imagem já construída sobre o surdo e a sua comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm]. Acesso em: 10 ago. 2018.

BRASIL. *Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm]. Acesso em: 10 ago. 2018.

BASSNETT, S. *Estudos da tradução*. Tradução de Sônia Terezinha Ghering, Leticia Vasconcellos Abreu e Paula Azambuja Rossato Antinolfi. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

BAUMAN, H-D. L. (ed.). *Open Your Eyes: Deaf Studies Talking*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34, 2011.

BHABHA, H. K. Compromisso com a teoria. In: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

BURKE, P; H. Ronnie Po-Chia (Orgs.). *A tradução cultural nos primórdios da Europa Moderna*. Tradução de Roger Maioli dos Santos. São Paulo: UNESP, 2009.

DIAS, Roberto Barros. *História da expulsão dos jesuítas da Capitania de Pernambuco e anexas (Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte) em 1759: a disputa política e os domínios da educação*. Roberto Barros Dias. 2017. 262 f. : il. color. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza. Orientação: Prof. Dr. Maria Juraci Maia Cavalcante.

HOLMES, J. The Name and Nature of Translation Studies. In: VENUTI, L. *The Translation Studies Reader*. Londres: Routledge, 2000.

LOPES, M. C.; VEIGA-NETO, A. Marcadores culturais surdos. In: VIEIRA MACHADO, L. M. da C.; LOPES, M. C. (Orgs.). *Educação de surdos: políticas, língua de sinais, comunidade e cultura surda*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

MAGALHÃES, C. M. Estudos da tradução: desafios para a formação de pesquisadores e tradutores. *Letras & Letras*, v. 32, n. 1, p. 20-32, 21 ago., p. 20-32, 2016 .

MUNDAY, J. Main Issues of Translation Studies. In: _____. *Introducing Translation Studies: Theories and Applications*. London; New York: Routledge, , p 4-17, 2001.

OLIVEIRA, S. M. de. Os currículos de formação de tradutores intérpretes de Libras e os artefatos culturais. *Translatio*, Porto Alegre, n. 15, jun. 2018.

OLIVEIRA, S. M. de. *Os artefatos culturais surdo nos currículos de graduação do tradutor e intérprete de língua de sinais/língua portuguesa*. 2020. Dissertação (Doutorado) –. 135 f.: il. Orientador: Teodoro Adriano Costa Zanardi– Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

PERLIN, G. T. T. A cultura surda e os intérpretes de língua de sinais. *ETD Educação temática digital*, Campinas, v. 7, n. 2, p. 135-146, jun. 2006.

PÖCHHACKER, F. *Introducing Interpreting Studies*. New York: Routledge, 2004.

PÖCHHACKER, F. Issues in Interpreting Studies. In: MUNDAY, Jeremy. *The Routledge Companion to Translation Studies*. London: Routledge. 2009. p. 128-140.

REIS, D. S.; BAGNO, M. Os intérpretes e a formação do Brasil: os quatro primeiros séculos de uma história esquecida. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 36, n. 3, p. 81-108, set./dez. 2016.

ROCHA, S. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memórias e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

RODRIGUES, A. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, p. 143-161, 2006.

RODRIGUES, C. H. *A interpretação para a Língua de Sinais Brasileira: efeitos de modalidade e processos inferenciais*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

RUTHERFORD, J.; BHABHA, H. K. The Third Space. Interview with Homi Bhabha. In: RUTHERFORD, J. (ed.). *Identity: Community, Culture Difference*. London: Lawrence and Wishart, 1990.

SAMPAIO, E. A virada linguística e os dados imediatos da consciência. *Trans/Form/Ação*, Marília, v. 40, n. 2, p. 47-70, 2017.

STRANIERO SERGIO, F.. Verso una sociolinguística interazionale dell'interpreazione. In: FALBO, C.; RUSSO, M.; STRANIERO SERGIO, F. *Interpretazione simultanea e consecutiva: problemi teorici e metodologie didattiche*. Milano: Hoepli, p 161-174, 1999.

STUMPF, M. R.; QUADROS, R. M. A presença dos surdos nas pesquisas das línguas de sinais. In: SOUZA, R. M. (Org.). *História da emergência do campo das pesquisas em educação bilíngue de/para surdos e dos estudos linguísticos da Libras no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, p. 227-248, 2019.

VASCONCELLOS, M. L. Tradução e interpretação de língua de sinais (TILS) na pós-graduação: a afiliação ao campo disciplinar "Estudos da Tradução". *Cadernos de Tradução*. Florianópolis, v. 2, n. 26. out. 2010.

WILLIAMS, J.; CHESTERMAN, A. *The Map: A Beginner's Guide to Doing Research in Translation Studies*. Manchester: St. Jerome Publishing, 2002.